



**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**LEI Nº 1.254, DE 4 DE DEZEMBRO DE 1950.**

Vide Lei nº 2.337, de 1954

Dispõe sobre o sistema federal de ensino superior.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, faço saber que o **CONGRESSO NACIONAL** decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O sistema federal de ensino superior supletivo dos sistemas estaduais, será integrado por estabelecimentos mantidos pela União e por estabelecimentos mantidos pelos poderes públicos locais, ou por entidades de caráter privado, com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal, sem prejuízo de outros auxílios que lhes sejam concedidos pelos poderes públicos.

Art. 2º Os estabelecimentos subvencionados, na forma desta Lei, pelo Governo Federal poderão ser, por lei, mediante mensagens do Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Educação, incluídos gradativamente na categoria de estabelecimentos mantidos pela União, atendendo-se à eficiência do seu funcionamento por prazo não menor de 20 (vinte) anos, ao número avultado de seus alunos e à sua projeção nos meios culturais, como centros unificadores do pensamento científico brasileiro.

Art. 3º A categoria de estabelecimentos diretamente mantidos pela União compreende:

I - Todos os estabelecimentos integrados presentemente na Universidade do Brasil e nas Universidades de Minas Gerais, do Recife, da Bahia, do Paraná e do Rio Grande do Sul, exceto a Faculdade de Direito da Universidade da Bahia, e, inclusive, na Universidade do Recife, a Faculdade Estadual de Filosofia, a que se refere o [Decreto nº 28.092, de 8 de maio de 1950](#), incluídas também a Escola de Enfermagem Carlos Chagas anexa à Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais e uma Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul e ainda a Faculdade de Direito de Pelotas, a Faculdade de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria, ambas já incorporadas à mesma Universidade do Rio Grande do Sul;

II - A Faculdade de Direito do Amazonas, a Faculdade de Medicina e Cirurgia do Pará, a Faculdade de Direito do Pará, a Faculdade de Farmácia de Belém do Pará, a Faculdade de Direito de São Luís do Maranhão, a Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão, a Faculdade de Direito do Piauí, a Faculdade de Direito do Ceará, a Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará, a Faculdade de Direito de Alagoas, a Faculdade de Direito do Espírito Santo, a Faculdade Fluminense de Medicina, os cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes de Porto Alegre, a Faculdade de Direito de Goiás, a Escola de Farmácia de Ouro Preto, o Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte e a Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa.

§ 1º A Universidade do Rio Grande do Sul promoverá o desmembramento do curso de Arquitetura, existente na Escola de Engenharia, que passará a constituir, conjuntamente com o curso de Arquitetura do Instituto de Belas Artes, a Faculdade de Arquitetura.

§ 2º A Universidade da Bahia promoverá, oportunamente, o desmembramento do curso de Arquitetura da Escola de Belas Artes para constituir a Faculdade de Arquitetura, como unidade distinta.

Art. 4º Independente de qualquer indenização, são incorporados ao Patrimônio Nacional todos os bens móveis, imóveis e os direitos dos estabelecimentos federalizados pela presente Lei.

Parágrafo único. Os bens inalienáveis continuarão a integrar o patrimônio dos estabelecimentos e a ser por eles administrados, somente podendo suas rendas ser empregadas em conservação, melhoramento ou ampliação dos mesmos e em pesquisas, estudos, divulgação cultural e cursos de aperfeiçoamento, extensão ou doutorado.

Art. 5º É assegurado o aproveitamento no serviço público federal, a partir da publicação desta Lei, do pessoal dos estabelecimentos ora federalizados nas seguintes condições:

I - Os professores catedráticos, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde, contando-se o tempo de serviço para efeito de disponibilidade, aposentadoria e gratificação de magistério.

II - Os demais empregados, como extranumerários, em tabelas criadas para esse fim, pelo Poder Executivo, contando-se o tempo de serviço para os efeitos do Art. 192 da Constituição Federal.

§ 1º Para os efeitos deste artigo, as Universidades e os estabelecimentos isolados, federalizados por esta Lei, apresentarão ao Ministério da Educação e Saúde a relação de seus professores e servidores, especificando a forma de investidura, a natureza de serviço que desempenham, a data da admissão e a remuneração.

§ 2º Os professores não admitidos na forma da legislação federal do ensino superior para regência da cátedra em caráter efetivo poderão ser aproveitados interinamente.

§ 3º Serão expedidos pelas autoridades competentes os títulos de nomeação decorrentes do aproveitamento determinado neste artigo.

Art. 6º Aos alunos atualmente matriculados e que freqüentam o Conservatório Mineiro de Música de Belo Horizonte é assegurado o direito de concluir os respectivos cursos, de acordo com as exigências da legislação anterior.

Art. 7º São criados no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde os seguintes cargos:

I - Na Universidade do Recife:

53 professores catedráticos, padrão O na Faculdade de Filosofia;



12 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Química;

**II - Na Universidade da Bahia:**

53 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Filosofia;

39 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Belas Artes, sendo 27 para o curso de Arquitetura e 12 para o de Belas Artes;

30 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Ciências Econômicas;

**III - Na Universidade do Paraná:** [\(Vide Lei nº 3.463, de 1958\)](#)

1 Reitor, símbolo CC-3;

23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito;

53 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Filosofia;

47 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Medicina, sendo 33 para o curso de Medicina, 7 para o de Odontologia e 7 para o de Farmácia; [\(Vide Lei nº 3.463, de 1958\)](#)

30 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Engenharia;

30 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Ciências Econômicas (atual Faculdade de Administração e Finanças);

**IV - na Universidade do Rio Grande do Sul:**

1 Reitor, símbolo CC-3;

23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito de Porto Alegre;

53 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Filosofia;

53 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Engenharia, sendo 41 para o curso de Engenharia e 12 para o de Química Industrial;

30 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Engenharia, para o curso de Arquitetura e Urbanismo, os quais deverão integrar a Faculdade de Arquitetura, quando constituída, nos termos do § 1º do Art. 3º desta Lei;

23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito de Pelotas;

14 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Odontologia de Pelotas;

12 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Farmácia de Santa Maria;

35 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Agronomia e Veterinária sendo 21 para o curso de Agronomia e 14 para o de Veterinária;

30 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Ciências Econômicas (atual Faculdade de Economia e Administração);

**V - na Universidade de Minas Gerais;**

1 Reitor, símbolo CC-3;

**VI -** 12 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Farmácia de Belém do Pará;

**VII -** 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito do Pará;

**VIII -** 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito de São Luís do Maranhão;

**IX -** 24 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão;

**X -** 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito do Piauí;

**XI -** 24 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Farmácia e Odontologia do Ceará;

**XII -** 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito do Espírito Santo;

**XIII -** 44 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade Fluminense de Medicina, em Niterói, sendo 35 para o curso de Medicina e 9 para o de Odontologia; [\(Vide Lei nº 3.463, de 1958\)](#)

**XIV -** 23 professores catedráticos, padrão O, na Faculdade de Direito de Goiás;

**XV -** 19 professores catedráticos, padrão O, na Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa;

**XVI -** 12 professores catedráticos, padrão O, na Escola de Farmácia de Ouro Preto;

**XVII -** 27 professores catedráticos, padrão O, e 8 professores, padrão K, no Conservatório Mineiro de Música, de Belo Horizonte;



XVIII - 27 professores catedráticos, padrão O, e 8 professores, padrão K, para os cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes, de Pôrto Alegre.

§ 1º O provimento dos cargos de professor catedrático, criados neste artigo para Faculdades de Filosofia, far-se-á na forma da lei e à medida que forem sendo instalados os cursos e se verificar a sua progressão, podendo-se, entretanto admitir, mediante contrato, professores nacionais ou estrangeiros, por proposta justificada do Conselho Universitário ao Ministério da Educação e Saúde.

§ 2º Esta medida será extensiva no tocante à sua última parte, aos cursos de Arquitetura das Universidades do Rio Grande do Sul e do Recife.

Art. 8º São criadas no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Saúde 5 funções gratificadas de Secretário FG-5 e 5 de Chefe de Portaria FG-7, distribuídas igualmente pelas reitorias das Universidades do Recife, da Bahia, do Paraná, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais e 29 funções gratificadas de Diretor FG-3, 29 de Secretário FG-5 e 29 de Chefe de Portaria FG-7, também distribuídas, igualmente, pelos estabelecimentos federalizados por esta Lei e pelas de ns. [1.014, de 24 de dezembro de 1949](#) e [1.049, de 3 de janeiro de 1950](#).

Art. 9º Para cumprimento do disposto nesta Lei bem como nas [Leis ns. 604, de 3 de janeiro de 1949](#), [1.014, de 24 de dezembro de 1949](#) e [1.049, de 3 de janeiro de 1950](#) durante o segundo semestre de 1950, é aberto pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de Cr\$ 78.555.390,00 (setenta e oito milhões quinhentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e noventa cruzeiros), sendo Cr\$ 50.502.400,00 (cinquenta milhões, quinhentos e dois mil e quatrocentos cruzeiros) para pessoal permanente Cr\$ 570.600,00 (quinhentos e setenta mil e seiscentos cruzeiros) para funções gratificadas, Cr\$ 17.313.690,00 (dezessete milhões, trezentos e treze mil e seiscentos e noventa cruzeiros) para pessoal extranumerário, Cr\$ 7.475.000,00 (sete milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil cruzeiros) para material e ~~Cr\$ 2.693.700,00 (dois milhões, seiscentos e noventa e três mil e setecentos e cruzeiros) para a Escola de Engenharia de Juiz de Fora~~, tudo de acordo com a discriminação do quadro único, a que se refere o Art. 21 desta Lei.

Art. 10. As funções gratificadas de Secretário e de Chefe de Portaria, referidas nesta Lei, poderão ser exercidas por extranumerários.

Art. 11. É integrada na Universidade de Minas Gerais a Faculdade de Medicina de Belo Horizonte, a que se refere a [Lei nº 976, de 17 de dezembro de 1949](#), e mantido crédito especial aberto pelo item II do Art. 7º da Lei citada, destinado exclusivamente a material.

Art. 12. É incorporada à Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais a Escola de Enfermagem Carlos Chagas com a dotação anual de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), sendo, para pessoal extranumerário Cr\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzeiros) e, para material, Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros).

Art. 13. É criada uma Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina da Universidade do Rio Grande do Sul com a dotação anual de Cr\$ 1.720.000,00 (um milhão, setecentos e vinte mil cruzeiros), sendo Cr\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil cruzeiros) para pessoal extranumerário e Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) para material.

Art. 14. Dentro de 120 (cento e vinte) dias os Conselhos Universitários das Universidades do Rio Grande do Sul e do Paraná submeterão os projetos de seus estatutos ao Poder Executivo, regendo-se, até sua aprovação, pelos atuais estatutos, aprovados pelos [Decretos ns. 6.627, de 19 de dezembro de 1940](#) e [9.323, de 6 de junho de 1946](#).

Art. 15. Os cursos anexos de caráter propedêutico ou de aplicação, grau médio, embora se subordinem didática e administrativamente aos estabelecimentos a que estão ligados, não são considerados universitários devendo seu funcionamento ser disciplinado no regulamento do respectivo estabelecimento.

Art. 16. Na categoria de estabelecimentos, mantidos pelos poderes públicos locais ou por entidades de caráter privado com economia própria, subvencionados pelo Governo Federal, estão compreendidas:

I - A Faculdade de Direito da Universidade da Bahia;

II - A Faculdade de Direito de Santa Catarina;

III - A Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás;

IV - A Faculdade de Filosofia de Goiás;

V - A Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás;

VI - A Escola de Engenharia de Juiz de Fora.

~~§ 1º O orçamento da República consignará, anualmente, à Universidade da Bahia para manutenção da sua Faculdade de Direito, à Faculdade de Direito de Santa Catarina, à Faculdade de Farmácia e Odontologia de Goiás, à Faculdade de Ciências Econômicas de Goiás, à Faculdade de Filosofia de Goiás, e à Escola de Engenharia de Juiz de Fora, subvenções não inferiores a Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), respeitado o disposto no Art. 10 e no quadro constante da presente Lei.~~

~~§ 2º A remuneração dos professores catedráticos dos estabelecimentos, de que trata este artigo, não poderá exceder ao padrão federal.~~

§ 1º O Orçamento da República consignará anualmente aos estabelecimentos referidos neste artigo, aos já subvencionados à data da publicação desta lei, bem como aos que vierem a ser incluídos nessa categoria, as subvenções abaixo especificadas: [\(Redação dada pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

	Cr\$
I - Medicina, Engenharia ou Agronomia e Veterinária	4.000.000,00
II - Arquitetura ou Farmácia e Odontologia	3.000.000,00
III - Ciências Políticas e Econômicas, Filosofia, Ciências e Letras, Agronomia, Veterinária, Química ou Direito	2.500.000,00
IV - Farmácia, Odontologia ou Sociologia e Política .	2.000.000,00
V - Serviço Social, Enfermagem, Educação Física, Belas Artes, Higiene e Saúde Pública, Administração Pública e de	



Empresa ou Agrimensura	1.500.000,00
VI - Música, Canto Orfeônico, Administração Pública ou Administração de Empresa	1.000.000,00

§ 2º Para serem incluídas na categoria de estabelecimentos subvencionados, as Escolas de Ciências Econômicas, Engenharia e Filosofia deverão manter os seguintes cursos, no mínimo: [\(Redação dada pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

I - as de Ciências Econômicas, os de ciências econômicas e ciências contábeis e atuariais; [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

II - as de Engenharia, 2 (dois) de engenheiro (civil, eletricitista, industrial ou de minas); [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

III - as de Filosofia, Ciências e Letras: curso de filosofia, 2 (dois) cursos de seção de ciências, 1 (um) de letras e o curso de didática. [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

§ 3º A subvenção fixa destinada à Escola de Filosofia, Ciências e Letras, será acrescida de um aumento de Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), anuais, para cada novo curso que se instale além de 5 (cinco), depois de 2 (dois) anos de regular funcionamento. [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

§ 4º As Escolas de Engenharia perceberão mais Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) anuais de subvenção pelos cursos que mantiverem além do limite estabelecido no inciso II do § 2º deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

§ 5º As Escolas de Medicina e Direito farão jús a mais Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) anuais, se tiverem, também, cursos de pós-graduação ou de doutorado, respectivamente. [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

§ 6º O Conselho Nacional de Educação, ao manifestar-se sobre o pedido de subvenção, nos termos da legislação em vigor, fixará as condições a que deve obedecer a escola no seu funcionamento, para a percepção anual da mesma. [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

§ 7º O pagamento da subvenção só se efetuará, cada ano, depois de comprovada a aplicação da subvenção anteriormente recebida, podendo ser adiado, conforme o caso, até o pronunciamento do Conselho Nacional de Educação, sobre o funcionamento regular dos cursos e o preenchimento das condições estabelecidas. [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

§ 8º As Universidades poderão ser incluídas, nos termos em que forem seus estabelecimentos integrantes, na categoria de instituições subvencionadas pela União, com Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), anualmente, para encargos gerais. [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

§ 9º Os estabelecimentos e, bem assim, as Universidades, com 5 (cinco) anos de regular funcionamento, poderão ser igualmente incluídos na categoria de subvencionados, inclusive faculdades de Engenharia, com metade dos quantitativos fixados nos §§ 1º, 3º, 4º, 5º e 8º deste artigo. [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

§ 10. Ficam mantidas as subvenções concedidas em leis anteriores, se seus quantitativos forem superiores aos estabelecidos nesta lei. [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

§ 11. A exigência relativa ao mínimo de cursos de que tratam os incisos I, II e III, do § 2º, só se tomará efetiva para condicionar a concessão de subvenções anuais a partir do terceiro ano de vigência da presente lei. [\(Incluído pela Lei nº 3.641, de 1959\)](#)

Art. 17. Mediante mensagem do Poder Executivo, ouvido o Conselho Nacional de Educação, à concessão da subvenção pelo Congresso Nacional, poderão ser incluídos na categoria, a que se refere o artigo anterior, outros estabelecimentos de ensino superior que tenham, pelo menos, 10 (dez) anos de funcionamento regular e número de matrículas que justifique a providência. [\(Vide Lei nº 2.152, de 1953\)](#) [\(Vide Lei nº 2.153, de 1953\)](#)

Art. 18. Os estabelecimentos isolados federalizados por esta Lei, que se acham relacionados no inciso II do Art. 3º, passam a integrar o Ministério da Educação e Saúde - Diretoria de Ensino Superior e se regerão no que lhes for aplicável, pelos [Decretos ns. 20.865, de 20 de dezembro de 1931](#) e [23.609, de 30 de dezembro de 1933](#), até expedição de seus regulamentos pelos órgãos próprios, dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 19. A Universidade de Minas Gerais continuará a reger-se pela [Lei nº 971, de 16 de dezembro de 1939](#).

§ 1º Os salários dos extranumerários reger-se-ão pelas referências estabelecidas no [Art. 8º da Lei nº 488, de 15 de novembro de 1948](#), feita de acordo com a tabela constante do § 2º do aludido Art. 8º, a conversão dos símbolos estipulados em algarismos romanos no [Art. 6º da Lei nº 971, de 16 de dezembro de 1949](#).

§ 2º Aos assistentes de ensino, extranumerários mensalistas, caberá a referência 27.

Art. 20. É elevado de Cr\$ 0,50 (cinquenta centavos) o valor do selo de Educação e Saúde, destinando-se o acréscimo a atender aos encargos decorrentes desta Lei.

Art. 21. É o seguinte o quadro, a que se refere o Art. 9º da presente Lei.

Art. 22. Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de dezembro de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA  
Pedro Calmon  
Guilherme da Silveira

Este texto não substitui o publicado no DOU de 8.12.1950



DOTAÇÕES PREVISTAS						
Unidade da Federação Estabelecimentos de Ensino	Dotação já em vigor	Pessoal Permanente	Funções gratificadas	Pessoal extranumerário	Material	Total
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
<b>I - Amazonas:</b>	2.213.480,00					
<b>II - Pará:</b>						
1 Faculdade de Medicina e cirurgia do Pará (já federalizada)		2.634.960,00	32.400,00	1.090.200,00	600.000,00	4.357.560,00
2 Faculdade de Direito do Pará		2.318.400,00	32.400,00	200.000,00	100.000,00	2.650.800,00
3 Faculdade de Farmácia de Belém do Pará		1.209.600,00	32.400,00	460.940,00	200.000,00	1.902.940,00
<b>III - Maranhão:</b>						
4 Faculdade de Direito de São Luis do Maranhão		2.318.400,00	32.400,00	200.000,00	100.000,00	2.650.800,00
5 Faculdade de Farmácia e Odontologia de São Luís do Maranhão		2.419.200,00	32.400,00	1.130.620,00	300.000,00	3.882.220,00
<b>IV - Piauí:</b>						
6 Faculdade de Direito do Piauí		2.318.400,00	32.400,00	200.000,00	100.000,00	2.650.800,00
<b>V - Ceará:</b>	3.434.040,00					
7 Faculdade de Farmácia e Odontologia		2.419.200,00	32.400,00	1.130.620,00	300.000,00	3.882.220,00
<b>VI - Alagoas:</b>						
8 Faculdade de Direito de Alagoas (já federalizada)		1.890.320,00	32.400,00	131.760,00	200.000,00	2.254.480,00
<b>VII - Pernambuco:</b>	39.526.060,00					
9 Faculdade de Filosofia		5.342.400,00	32.400,00	1.875.600,00	300.000,00	7.550.400,00
10 Escola de Química		1.209.600,00	32.400,00	573.760,00	300.000,00	2.115.760,00
11 Reitoria (já federalizada)			14.400,00			14.400,00
<b>VIII - Bahia:</b>	57.263.580,00					
12 Faculdade de Filosofia		5.342.400,00	32.400,00	1.875.600,00	300.000,00	7.550.400,00
13 Faculdade de Direito (subvencionada em dotação)						
14 Faculdade de Ciências Econômicas		3.024.000,00	32.400,00	690.000,00	200.000,00	3.946.400,00
15 Faculdade de Belas Artes com curso de Arquitetura		3.931.200,00	32.400,00	484.200,00	300.000,00	4.747.800,00
16 Reitoria (já federalizada)			14.400,00			14.400,00
<b>IX - Espírito Santo:</b>						
17 Faculdade de Direito		2.318.400,00	32.400,00	200.000,00	100.000,00	2.650.800,00
<b>X - Estado do Rio de Janeiro:</b>						
18 Faculdade Fluminense de Medicina		4.435.200,00	32.400,00	1.800.000,00	1.000.000,00	7.267.600,00
<b>XI - Distrito Federal:</b>	237.051.080,00					
<b>XII - Paraná:</b>						
19 Reitoria		132.000,00	14.400,00	292.800,00	200.000,00	639.200,00
20 Faculdade de Filosofia		5.342.400,00	32.400,00	1.073.400,00	300.000,00	6.748.200,00
21 Faculdade de Direito		2.318.400,00	32.400,00	319.200,00	200.000,00	2.870.000,00
22 Faculdade de Medicina		4.737.600,00	32.400,00	3.721.200,00	1.200.000,00	9.691.200,00
23 Faculdade de Engenharia		3.024.000,00	32.400,00	1.406.400,00	600.000,00	5.062.800,00
24 Faculdade de Ciências Econômicas						
<b>XIII - Santa Catarina:</b>		3.024.000,00	32.400,00	690.000,00	200.000,00	3.946.400,00



25 Faculdade de Direito (subvencionada sem dotação)	11.582.940,00					
.....						
XIV - Rio Grande do Sul:						
26 Faculdade de Filosofia		5.342.400,00	32.400,00	1.875.600,00	600.000,00	7.850.400,00
.....						
27 Faculdade de Direito		2.318.400,00	32.400,00	788.400,00	200.000,00	3.339.200,00
.....						
28 Escola de Engenharia com cursos de Minas e Metalurgia e de Arquitetura e Urbanismo e de Química		8.164.800,00	32.400,00	4.952.800,00	2.600.000,00	15.750.000,00
.....						
29 Escola de Enfermagem anexa à Faculdade de Medicina				720.000,00	1.000.000,00	1.720.000,00
.....						
30 Escola de Agronomia e Veterinária		3.528.000,00	32.400,00	1.941.600,00	1.000.000,00	6.502.000,00
.....						
31 Faculdade de Ciências Econômicas		3.024.000,00	32.400,00	1.047.000,00	300.000,00	4.403.400,00
.....						
32 Cursos de Pintura, Escultura e Música do Instituto de Belas Artes		3.135.360,00	32.400,00	350.000,00	400.000,00	3.917.760,00
.....						
33 Faculdade de Direito de Pelotas		2.318.400,00	32.400,00	100.000,00	100.000,00	2.550.800,00
.....						
34 Faculdade de Odontologia de Pelotas		1.411.200,00	32.400,00	771.260,00	260.000,00	2.474.860,00
.....						
35 Faculdade de Farmácia de Santa Maria		1.209.600,00	32.400,00	460.940,00	190.000,00	1.892.940,00
.....						
36 Reitoria, inclusive imprensa univesitária		132.000,00	14.400,00	292.800,00	600.000,00	1.039.200,00
.....						
XV - Goiás:						
37 Faculdade de Direito (já federalizada)		2.318.400,00	32.400,00	200.000,00	100.000,00	2.650.800,00
.....						
38 Faculdade de Filosofia (subvencionada sem dotação)						
.....						
39 Faculdade de Farmácia e Odontologia (subvencionada sem dotação)						
.....						
40 Faculdade de Ciências Econômicas (subvencionada sem dotação)						
.....						
XVI - Minas Gerais:	60.606.120,00					
41 Reitoria (já federalizada)		132.000,00	14.400,00			146.400,00
.....						
42 Escola de Enfermagem Carlos Chagas (anexa à Faculdade de Medicina)				300.000,00	200.000,00	500.000,00
.....						
43 Conservatório Mineiro de Música		3.135.360,00	32.400,00	384.420,00	150.000,00	3.602.180,00
.....						
44 Escola de Farmácia de Ouro Preto		1.209.600,00	32.400,00	509.580,00	150.000,00	1.901.580,00
.....						
45 Escola de Engenharia de Juiz de Fora (subvencionada)						5.387.400,00
.....						
46 Universidade Rural de Minas Gerais, em Viçosa		1.915.200,00	32.400,00	1.486.680,00	1.000.000,00	4.434.280,00
.....						
Total da Dotações em vigor	411.586.300,00					
.....						
Soma das Dotações previstas		101.004.800,00	1.141.200,00	35.627.380,00	15.950.000,00	159.110.780,00
.....						

## RECAPITULAÇÃO

a) Para unidades já federalizadas, mas sem dotação (6) .....	9.438.040,00
b) Dotação para 1 (uma) unidade da categoria de subvencionadas .....	5.387.400,00
c) Dotação para 34 (trinta e quatro) unidades que passam a ser mantidas diretamente pelo Governo Federal .....	144.285.340,00
Soma .....	159.110.780,00